Painel Jurídico

#35

24/02/2022



INNOCENTI ADVOGADOS

Sem lei específica, acesso a herança digital é incerto

O jornal O Globo mostra que, diante da falta de regramento específico sobre sucessão de bens digitais, famílias têm encontrado dificuldade para acessar esse legado. Nossas sócias Laura Morganti, da área Cível, e Fernanda Figueiredo, consultora em Brasília, explicam na reportagem como lidar com a questão.

Na área trabalhista, a licença-paternidade a pais solteiros é tema tratado por nossa sócia Fernanda Perregil no podcast "E Tem Mais", da CNN. Ela também discute trabalho infantil e cyberbullying no Innocenti Podcast. E no nosso segundo podcast da série sobre improbidade administrativa, o advogado Jerônimo Lima discute os impactos da nova lei.

Já a advogada Ana Claudia Argenta, da área tributária, comenta em artigo os principais julgamentos na pauta dos tribunais superiores.

O Painel desta semana ainda acompanha o julgamento do STF sobre a cobertura de planos de saúde e traz outras notícias de destaque. Boa leitura!



Acesso a bens digitais requer planejamento sucessório

Reportagem do jornal O Globo sobre sucessão de bens digitais traz orientações de nossas sócias Fernanda Figueiredo e Laura Morganti.



STF discute licençapaternidade para pais solteiros

Concessão de benefício de 180 dias é discutida por nossa sócia Fernanda Perregil no podcast "E Tem Mais", da CNN Brasil.



Artigo destaca a pauta dos tribunais superiores na área tributária

A advogada Ana Claudia de Andrade Argenta comenta temas como a aplicação de limite no cálculo das contribuições ao Sistema S

De Brasília

TRF descarta conflito em ações de sindicato de servidores federais



Innocenti Podcast discute trabalho infantil e cyberbullying

STF adia julgamento sobre cobertura de planos de saúde



#A nova Lei de Improbidade

Princípios da administração pública

Por José Jerônimo Nogueira de Lima



Novo podcast aponta impactos da Lei de

Improbidade

No segundo episódio da nossa série sobre o tema, o advogado Jerônimo Lima esclarece as principais mudanças na legislação.

Figue atento...

STJ: Associação deve antecipar custas de beneficiários em ação coletiva

STF invalida leis estaduais de imposto sobre herança no exterior

